

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.



METRO DO PORTO, S.A.

**CONCURSO PÚBLICO
PARA O ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO
PORTO, S.A.**

PROGRAMA DE CONCURSO

CO/2024/207

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ÍNDICE

ARTIGO 1.º	4
IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	4
ARTIGO 2.º	4
ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR	4
ARTIGO 3.º	4
JÚRI	4
ARTIGO 4.º	5
ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS	5
ARTIGO 5.º	6
IMPEDIMENTOS	6
ARTIGO 6.º	6
PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	6
ARTIGO 7.º	6
DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º	7
MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS	7
ARTIGO 9.º	8
PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 10.º	8
ANÁLISE DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 11.º	10
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
ARTIGO 12.º	10
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS	10
ARTIGO 13.º	11
RELATÓRIO PRELIMINAR	11
ARTIGO 14.º	11
AUDIÊNCIA PRÉVIA	11
ARTIGO 15.º	11
RELATÓRIO FINAL	11
ARTIGO 16.º	12
ADJUDICAÇÃO	12
ARTIGO 17.º	12
NÃO ADJUDICAÇÃO	12
ARTIGO 18.º	12
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
ARTIGO 19.º	13
IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO	13
ARTIGO 20.º	14
NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 21.º	14
NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 22.º	14
CAUÇÃO	14
ARTIGO 23.º	15
MODOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	15
ARTIGO 24.º	15
NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	15
ARTIGO 25.º	15
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS	15
ARTIGO 26.º	15
NÃO CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS	15
ARTIGO 27.º	16

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	16
ARTIGO 28.º	16
AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO A CELEBRAR	16
ARTIGO 29.º	16
NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	16
ARTIGO 30.º	16
ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	16
ARTIGO 31.º	17
RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	17
ARTIGO 32.º	17
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	17
ARTIGO 33.º	17
NÃO OUTORGA DO CONTRATO E OUTROS CASOS DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO	17
ARTIGO 34.º	17
PROTEÇÃO DE DADOS	17
ARTIGO 35.º	18
PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO	18
ARTIGO 36.º	18
CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	18
ARTIGO 37.º	19
CONTAGEM DOS PRAZOS	19
ANEXOS AO PROGRAMA DE CONCURSO	20
ANEXO I	21
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)	21
ANEXO II	22
[MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO]	22
ANEXO III	23
[MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS]	23
ANEXO IV	24
[MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO]	24
ANEXO V	25
[MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA]	25
ANEXO VI	27
[MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO]	27
ANEXO VII	29
DETEÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO	29
FORNECEDORES	29

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1. O programa do procedimento define os termos do presente procedimento pré-contratual, que segue a tramitação do concurso público com publicidade internacional, nos termos do artigo 33.º e 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), o qual será designado por “**ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.**”.
2. Constituem objeto do presente Programa de Concurso as regras do procedimento tendentes à adjudicação de uma proposta e à celebração de contrato de locação de viaturas, nos termos definidos no Caderno de Encargos.
3. No presente concurso será utilizada, nos termos da Lei 96/2015, de 17 de agosto, a seguinte plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt/>.
4. Para obter acesso à plataforma eletrónica, cada interessado efetua o registo gratuito no endereço eletrónico referido no número anterior, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

1. A entidade adjudicante é a Metro do Porto, S.A., (MP), com sede na avenida Fernão Magalhães, 1862, 7.º, 4350-158 Porto.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. no dia 10 de julho de 2024.

ARTIGO 3.º

JÚRI

1. No âmbito do presente concurso será constituído um Júri, a quem, designadamente, competirá:
 - a) Proceder à avaliação das propostas;
 - b) Elaborar os relatórios de análise das propostas;
 - c) Realizar as audiências prévias dos interessados;
 - d) Proceder aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso.
2. O Júri será composto por três (3) membros efetivos, dos quais um será o presidente, e por (2) suplentes.
3. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
5. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
6. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.
7. Os membros do Júri e os demais intervenientes no processo de avaliação das propostas subscreverão declaração de inexistência de conflito de interesses conforme modelo do Anexo XIII ao Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 4.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO CONCURSO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação de eventuais erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 1.º até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
4. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., pode ainda, oficiosamente, proceder à retificação de erros e omissões das peças do concurso, bem como prestar esclarecimentos até ao termo do segundo terço do prazo para a apresentação de propostas, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões serão publicitadas na plataforma eletrónica utilizada e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 5.º

IMPEDIMENTOS

1. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.

ARTIGO 6.º

PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. O prazo para a apresentação de propostas termina às **17:00:00 horas do dia 27 de novembro de 2024.**
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicadas no número anterior.
3. O prazo fixado para a apresentação de propostas poderá ser prorrogado nas situações e nos termos previstos no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 7.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

1. Com a apresentação da proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade em contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. As propostas devem, sob pena de exclusão, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (disponível no seguinte endereço eletrónico da Comissão Europeia: <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>), conforme consta do **ANEXO I**.
 - b) Declaração de proposta de preço, por lote, expresso por extenso e não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, conforme o modelo constante do **ANEXO II**.
 - c) Declaração conforme modelo constante no **ANEXO III** no qual o concorrente indica as características técnicas constantes dos veículos a locar, acompanhado de catálogos e/ou fichas técnicas e demais documentação específica relacionada com os tipos de veículos propostos pelo concorrente na sua proposta, cujas características técnicas deverão coincidir com as indicadas no mencionado **ANEXO III**, sob pena de exclusão;
 - d) *Check list* constante do **ANEXO VII** ao presente Programa de Concurso.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

- e) Documento comprovativo que legitima quem assina e submete os documentos da proposta para obrigar a entidade concorrente no caso de Pessoa Coletiva, para cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, nomeadamente através de:
 - i. Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor ou o respetivo código de acesso à certidão permanente para a sua consulta online, nos termos legais em vigor, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções; ou
 - ii. Procuração ou instrumento de mandato conferindo ao signatário os poderes para obrigar e vincular a entidade concorrente, devidamente certificada e autenticada para o efeito.
 - f) As propostas podem ainda incluir quaisquer outros elementos que os Concorrentes decidam apresentar por os considerarem relevantes para a sua proposta.
- 3. Caso o concorrente opte por concorrer a mais do que um lote, a documentação referida no ponto anterior, deve ser integralmente apresentada para cada um dos lotes, com exceção do Documento Europeu Único de Contratação Pública,
 - 4. Os documentos que constituem a proposta são, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do CCP, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo o disposto no n.º 7 da cláusula seguinte.
 - 5. Os preços constantes da proposta são indicados por extenso e em algarismos e não incluem o IVA, o qual acresce às taxas aplicáveis que vigorarem na data da respetiva liquidação.
 - 6. Os preços constantes da proposta, indicados por extenso, prevalecem, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre os indicados em algarismos.

ARTIGO 8.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 1. As propostas serão entregues em plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/>.
- 2. Caso existam documentos que constituem a proposta que ultrapassem os 200MB, deverão os concorrentes proceder à sua gravação em formato digital em suporte físico (exemplo: DVD, CD) e entregar antes da data limite de apresentação de propostas nas instalações do Metro do Porto referidas no artigo 2.º, ficando, nestes casos dispensados da sua entrega na plataforma eletrónica. Esta via aplica-se, única e exclusivamente, para os ficheiros com dimensão superior à referida.
- 3. Para apresentação dos documentos excecionados no número anterior, aplica-se o disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, sendo que o suporte físico deverá identificar o concorrente e ser encerrado em envelope opaco e fechado, indicando no rosto a designação do procedimento e da entidade adjudicante.
- 4. Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e serão apresentados no original ou cópia simples, salvo quando expressamente exigida a cópia certificada; neste

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

- caso a cópia deve ser acompanhada do respetivo comprovativo do registo no Sistema Informático nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006.
5. Se o Júri tiver fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá solicitar ao representante do concorrente que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo, condicionando a sua admissibilidade ao concurso a tal apresentação.
 6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:
 - a) Tradução devidamente legalizada;
 - b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
 7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é admitida a apresentação de documentos técnicos (fichas de características e catálogos técnicos), e apenas estes, redigidos em língua inglesa, desde que o concorrente apresente apenas uma declaração de compromisso de apresentação da tradução, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação por parte da entidade adjudicante, que cumpra o disposto no número 3 deste artigo.
 8. Todos os documentos que constituem as propostas devem ser entregues nos formatos editáveis compatíveis com: AUTOCAD 2013 (*.dwg ou *.dxf), MS OFFICE 2010 e MS Project 2010.
 9. Com exceção dos documentos indicados no número 2 do presente artigo, todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados nos termos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

ARTIGO 9.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 10.º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação.
2. São excluídas as propostas que incorram nas causas de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, bem como as propostas cuja análise revele:

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

- a)** Que apresentem quaisquer atributos ou termos ou condições que violem parâmetros base do Caderno de Encargos ou quaisquer aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência;
 - b)** A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - c)** Que o preço total proposto seja superior ao preço base global definido para cada lote, valores aos quais acresce IVA:
 - i. Lote 1: 183.600,00 euros, para aquisição de 5 viaturas;
 - ii. Lote 2: 73.440,00 euros, para aquisição de 2 viaturas;
 - iii. Lote 3: 73.440,00 euros, para aquisição de 2 viaturas;
 - iv. Lote 4: 36.720,00 euros, para aquisição de 1 viatura;
 - v. Lote 5: 36.720,00 euros, para aquisição de 1 viatura;
 - vi. Lote 6: 73.440,00€ euros, para aquisição de 2 viaturas;
 - vii. Lote 7: 280.800,00 euros, para aquisição de 9 viaturas;
 - viii. Lote 8: 31.200,00 euros, para aquisição de 1 viatura;
 - d)** Que não cumpram os requisitos indicados no Caderno de Encargos, incluindo nas suas Cláusulas Técnicas;
 - e)** Que o Contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer obrigações legais ou regulamentos aplicáveis;
 - f)** A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - g)** Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - h)** Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nos artigos 7.º e 8.º deste Programa;
 - i)** Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no artigo 7.º do presente Programa de Concurso;
 - j)** Que sejam apresentadas como variantes;
 - k)** Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.
- 3.** A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea f/ do número 2 será imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência.
- 4.** O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 5.** No caso referido no número anterior, os esclarecimentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do pedido respetivo.
- 6.** Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

7. O Júri deverá ainda solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimimento das irregularidades formais das suas propostas que se subsumam no n.º 3 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.
8. Os esclarecimentos referidos nos números 6 e 7 do presente artigo devem ser imediatamente notificados aos mesmos na plataforma eletrónica utilizada e serão juntos às peças do procedimento.

ARTIGO 11.º

AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O Júri procederá à avaliação, classificação e hierarquização das propostas dos concorrentes e que não devam ser excluídas, com base nos critérios definidos no artigo seguinte.

ARTIGO 12.º

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A adjudicação será feita, por lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço (renda), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. A proposta economicamente mais vantajosa será a que reunir a pontuação mais elevada em função do Preço apresentado, conforme indicado abaixo:
3. A pontuação da Proposta p , resultará da aplicação da seguinte expressão, arredondada às centésimas e aplicada individualmente a cada Lote:

$$PG_{pi} = 100 - 100 \times \left(\frac{P}{PB_i} \right)^5$$

Em que:

- PG_{pi} é a pontuação atribuída à Proposta p do Lote i ;
 - P é o valor da proposta em apreço, em euros;
 - PB_i é o Preço Base do Lote i , em euros.
4. Em caso de empate na pontuação de um determinado Lote, utilizar-se-á como critério de desempate o sorteio, o qual será realizado na presença dos elementos do júri, assim como dos representantes das respetivas entidades. Será marcada data e hora através da função "AVISO" da plataforma de compras públicas, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, sendo as regras do sorteio as seguintes:
 - i. Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes;
 - ii. Daí é extraído manualmente, pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação de todos os concorrentes empatados;

iii. Mesmo que algum dos representantes dos concorrentes não esteja presente realizar-se-á o sorteio. No caso de ausência de todos os representantes dos concorrentes proceder-se-á à sua realização apenas com a presença dos membros do júri, não constituindo tal motivo de invalidade;

iv. Será elaborada ata do sorteio, assinada por todos os presentes.

5. Os concorrentes poderão concorrer a todos os lotes, não existindo limite de lotes a adjudicar a cada concorrente.
6. A cada lote corresponderá a celebração de um contrato autónomo, sendo estes independentes entre si após o momento da sua celebração

ARTIGO 13.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante do Programa do Concurso, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar nos termos do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 14.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

ARTIGO 15.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final devidamente fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. Neste momento, o Júri pode ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no número 2 do artigo 10.º do presente Programa de Concurso.
3. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto nos números anteriores.

4. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado depois pelo Júri ao Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

ARTIGO 16.º

ADJUDICAÇÃO

1. Recebido o relatório final de avaliação das propostas, o Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. adota a decisão de adjudicação, a qual será simultaneamente enviada a todos os concorrentes, juntamente com aquele relatório.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Metro do Porto, S.A., notificará o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 18.º do presente Programa de Concurso;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 22.º e 23.º do presente Programa de Concurso, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.
3. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 17.º

NÃO ADJUDICAÇÃO

Não há lugar à adjudicação quando se verifique o prescrito no artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos e declarações:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

- gerência], que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP
- ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Se aplicável, plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, nos termos e nos casos previstos no n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das obrigações previstas no artigo 7.º no tocante à apresentação das propostas.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
- a) Os documentos previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, caso se trate de pessoa coletiva e, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverá o adjudicatário apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.
4. Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
5. O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.

ARTIGO 19.º

IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO

Os documentos referidos no n.º 1 do artigo anterior devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência sobre os respetivos originais.

ARTIGO 20.º

NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A Metro do Porto, S.A., notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada.

ARTIGO 21.º

NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado para a sua apresentação;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no número 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do número anterior, a Metro do Porto, S.A. notificará o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Metro do Porto, S.A. conceder-lhe-á, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 22.º

CAUÇÃO

1. Para garantir a celebração do Contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário de cada lote deve prestar caução no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o disposto no artigo seguinte e de acordo com o que sobre esta matéria se encontra estabelecido na Cláusula n.º 16 do Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais.
2. A Entidade Adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

ARTIGO 23.º

MODOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no número 2 do artigo 16.º do presente Programa de Concurso, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
2. A caução é prestada mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por depósito em dinheiro ou seguro-caução à primeira solicitação ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado português, de acordo com os modelos juntos como anexos IV, V e IV, respetivamente.
3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante devendo ser especificado o fim a que se destina.
4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o pagamento imediato e à primeira solicitação da Entidade Adjudicante de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
5. Das condições da garantia bancária não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
6. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

ARTIGO 24.º

NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante adjudicará a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 25.º

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

A pedido devidamente fundamentado do adjudicatário, o Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., pode prorrogar o prazo que tenha sido fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

ARTIGO 26.º

NÃO CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

1. A adjudicação caduca se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo anterior no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 27.º

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pela Administração da Metro do Porto, S.A., em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A Metro do Porto, S.A. pode excluir expressamente da minuta do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.

ARTIGO 28.º

AJUSTAMENTOS AO CONTEÚDO DO CONTRATO A CELEBRAR

1. O Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A. pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

ARTIGO 29.º

NOTIFICAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar pelo Conselho de Administração da entidade adjudicante, a Metro do Porto, S.A., notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

ARTIGO 30.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 31.º

RECLAMAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento o facto de dela resultarem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos concursais ou ainda a recusa devidamente fundamentada, pelo adjudicatário, dos ajustamentos propostos.
2. A Metro do Porto, S.A., notifica o adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, do que houver sido decidido sobre esta, pelo Conselho de Administração da Entidade Adjudicante, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

ARTIGO 32.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o que ocorrerá dentro dos prazos fixados no artigo 104.º do mesmo Código.

ARTIGO 33.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO E OUTROS CASOS DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nas situações previstas nos artigos 87.º-A e 105.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 34.º

PROTEÇÃO DE DADOS

1. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja sujeito, a Metro do Porto, S.A., poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais referidos no número anterior, no âmbito do presente procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela Metro do Porto, S.A., em cumprimento do direito à informação.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

3. Os dados pessoais referidos no n.º 1 são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.
4. Os concorrentes e o adjudicatários têm o direito de, em qualquer altura, de solicitar à Metro do Porto, S.A., através do correio eletrónico indicado no artigo 2.º, o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, incluindo dos titulares dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.
5. Os dados pessoais relativos aos concorrentes e ao adjudicatário, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, são conservados pelo prazo legalmente devido.

ARTIGO 35.º

PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA ZERO À CORRUPÇÃO

Sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos para efeitos de habilitação do adjudicatário, o sistema anticorrupção da Metro do Porto, S.A. determina que os concorrentes devem instruir as suas propostas com a *check list* constante do **Anexo VII** ao presente Programa de Concurso, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 10.º.

ARTIGO 36.º

CONSULTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. O Processo de Concurso encontra-se patente na sede da Metro do Porto, S.A., sita na avenida Fernão Magalhães, 1862, 7.º, 4350-158 Porto, com o telefone n.º 225081000, fax n.º 225081001 e endereço eletrónico geral@metro-porto.pt, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 17horas), desde a data do respetivo anúncio.
2. Os documentos de habilitação do adjudicatário estarão disponíveis no mesmo local após a sua apresentação pelo período de 5 (cinco) dias.
3. As peças que instruem o procedimento de concurso são as seguintes:
 - a) Programa do Concurso e respetivos Anexos;
 - b) Caderno de Encargos respetivos Anexos;
 - c) Anúncios
4. As peças do procedimento são disponibilizadas para descarga, de forma gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

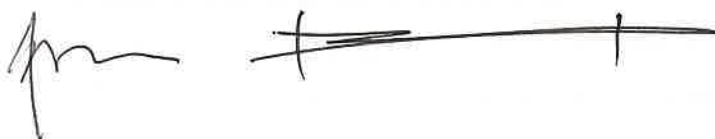
ARTIGO 37.º

CONTAGEM DOS PRAZOS

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos no presente Programa de Concurso relativos aos procedimentos de formação de contratos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas e das candidaturas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Porto, 24 de outubro de 2024

A ADMINISTRAÇÃO,



CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXOS AO PROGRAMA DE CONCURSO

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>¹, devendo ser selecionadas as seguintes opções³:

- I. “Sou um operador económico”;
- II. “Importar um DEUCP”;
- III. “Carregar documento”;
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher todos os campos;
- VI. No final, selecionar a opção “imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.

¹ O link de acesso ao DEUCP disponibilizado através do site do Portal Base encontra-se temporariamente desativado. Os concorrentes deverão utilizar o link indicado neste anexo que conduz aos serviços disponibilizados noutro Estado Membro – Espanha.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXO II
(MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO)

F.....[*identificação completa do concorrente, incluindo matrícula na Conservatória do Registo Comercial e número de cartão de pessoa coletiva para todos os seus membros*], com sede em, representada por, na qualidade de, com poder para vincular a empresa [*ou consórcio*], tendo tomado completo e perfeito conhecimento do Concurso Público "**ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.**"; propõe-se locar os bens que lhe vierem a ser adjudicados referentes ao Lote ____ (indicar o lote), em conformidade com o caderno de encargos, atendendo às especificações e condições técnicas exigidas, pelo preço total de _____€ (por extenso e em euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, o qual corresponde ao preço mensal de renda por viatura de _____€ (por extenso e em euros)

Mais declara que:

- 1 – Todos os valores apresentados são expressos em euros e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado.
- 2 – Se obriga a garantir por caução, no montante equivalente a 5% do valor da proposta, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.
- 3 – Aceita como foro competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.
- 4 – A presente proposta, uma vez apresentada, mantém-se válida pelo período de 90 (noventa) dias contados da data da entrega da proposta e que, com base no seu conteúdo, se considera contratualmente obrigado a outorgar o contrato.

Data....

Assinatura [*com identificação de quem assina e na qualidade em que o faz*]

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXO III
(MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

ESPECIFICAÇÕES	
CHASSIS/CARROÇARIA	
Marca:	
Modelo/Versão:	
Cor:	
Equipamento: (descrição que permita comprovar a presença do equipamento exigido na Parte IV do Caderno de Encargos)	

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXO IV
(MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO)

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros [•], €

Vai [•], *(firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário)*, com sede em [•], *(morada)*, depositar na [•], *(sede, filial, agência ou delegação)* do Banco [•], a quantia de € [•], *(por algarismos e por extenso)* em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 22.º do Programa de Concurso Público para “ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.”, como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso promovido pela Metro do Porto, S.A. *(entidade adjudicante)* Este depósito, sem reservas, fica à ordem a favor da Metro do Porto, S.A., a quem é igualmente remetido nesta data o comprovativo emitido pelo Banco do depósito realizado nas condições descritas.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXO V
(MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA)

PARA: Metro do Porto S.A.,
[endereço]

Garantia número [a preencher pelo BANCO]
[data]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do Concurso Público para (*designação do Concurso*) ("Concurso), promovido pela Metro do Porto S.A., garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Metro do Porto S.A. ("Beneficiário"), até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista artigo 22.º do Programa do Concurso como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso ("Contrato").

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à entidade adjudicante, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, através de declaração assinada pelo legal representante da entidade adjudicante com a indicação dos fundamentos para a execução da presente garantia bancária, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no Contrato e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

A presente garantia bancária só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

ANEXO VI
(MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO)

PARA: Metro do Porto, S.A.

[Endereço]

Apólice n.º: *[a preencher pela Seguradora]*

[data]

A *[•]* *[companhia de seguros]*, com sede em *[•]* *[morada]*, com o capital social de *[•]* *[capital social]*, pessoa coletiva número *[•]* *[número de identificação de pessoa coletiva]*, representado por *[•]* *[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)]*, vem prestar, por conta e a pedido de *[•]* *[firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário]*, com sede em *[•]* *[morada]*, ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com este celebrado em *[•]*, enquanto adjudicatário do Concurso Público para *[designação do Concurso]* ("Concurso"), promovido pela Metro do Porto S.A., garantia à primeira solicitação no valor de € *[•]* *[por algarismos e por extenso]* correspondente à caução prevista artigo 22.º do Programa do Concurso como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do Contrato celebrado na sequência do Concurso.

Consequentemente, a Companhia de Seguros constitui-se devedora e principal pagadora em dinheiro, da Metro do Porto, S.A. (entidade adjudicante), até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito, através de declaração assinada pelo legal representante da entidade adjudicante com a indicação dos fundamentos para a execução do presente seguro-caução, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 48 horas a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no Contrato e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra a entidade adjudicante que eventualmente pudesse invocar contra o tomador de seguro, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do tomador de seguro e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do tomador de seguro.

Quaisquer pagamentos a efetuar por esta Companhia de Seguros, nos termos do presente seguro-caução, são processados no prazo máximo acima referido, através de

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

O presente seguro-caução só será cancelado quando a entidade adjudicante nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

CONCURSO PÚBLICO PARA O
ALUGUER OPERACIONAL DE 23 VIATURAS LIGEIRAS PARA A METRO DO PORTO, S.A.

ANEXO VII
DETEÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO
FORNECEDORES

(Ficheiro excel em anexo)